

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
A Diretoria do Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.
Barueri, 13 de fevereiro de 2017. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
ATIVO		
Circulante	43.253	50.228
Disponibilidades	1.613	494
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 21.479	33.778
Aplicações em operações compromissadas	21.479	33.778
Operações de arrendamento mercantil	6 (1.213)	(2.349)
Arrendamentos a receber - Setor privado	44.128	103.644
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado	(43.099)	(103.105)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	(2.242)	(2.888)
Outros créditos	21.374	18.305
Creditos tributários	8 3.749	398
Diversos	7 17.625	17.907
Não circulante	324.736	357.177
Realizável a longo prazo	225.325	82.549
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 166.286	16.885
Aplicações em operações compromissadas	166.286	16.885
Títulos e valores mobiliários	5.479	5.545
Carteira própria	5.479	4.807
Vinculados a prestação de garantias	-	738
Operações de arrendamento mercantil	6 (1.569)	(3.335)
Arrendamentos a receber - Setor privado	36.665	133.325
Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado	(35.332)	(132.560)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	(2.902)	(4.100)
Outros créditos	55.129	63.454
Creditos tributários	8 28.913	38.745
Diversos	7 26.216	24.709
Permanente	99.411	274.628
Imobilizado de uso	66	72
Instalações, móveis e equipamentos de uso	66	72
Depreciações acumuladas	(67)	(54)
Imobilizado de arrendamento	9 99.345	274.556
Bens arrendados	246.556	554.061
(Depreciações acumuladas)	(56.472)	(191.766)
(Insuficiência de depreciação)	(90.739)	(87.739)
Total do Ativo	367.989	407.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2016	2015
PASSIVO		
Circulante	100.765	95.422
Depósitos	10 99.321	90.142
Depósitos interfinanceiros	99.321	90.142
Outras obrigações	1.444	5.280
Sociais e estatutárias	14.e 55	-
Fiscais e previdenciárias	11 173	196
Diversas	12 1.216	5.084
Não circulante	18.932	23.826
Outras obrigações	18.932	23.826
Diversas	12 18.932	23.826
Patrimônio líquido	14 248.292	288.157
Capital social - Domiciliados no País	195.435	195.435
Reserva de lucros	52.872	92.747
Ajustes de avaliação patrimonial	(15)	(25)
Total do Passivo	367.989	407.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Saldos em 31 de dezembro de 2014		
Ajustes de avaliação patrimonial	133	126
Lucro líquido	-	-
Destinações:		
Reservas	14.b e c	-
Juros sobre o capital próprio	14.e	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	195.435	30.459
Adoção do CPC 33 - Benefício a empregados	-	52.895
Saldo em abertura em 1º de janeiro de 2016	195.435	30.459
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Lucro líquido	-	-
Destinações:		
Reservas	14.b e c	506
Dividendos	14.e	(40.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	195.435	30.965
Saldo em 30 de junho de 2016	195.435	30.904
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Lucro líquido	-	-
Destinações:		
Reservas	14.b e c	61
Dividendos	14.e	(40.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	195.435	30.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Leasing) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Leasing tem como objeto social exclusiva a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de Consumer Bank no Brasil cujo valor de R\$ 710.000, onde o grupo Itaú Unibanco será o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (5,64%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo seja cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN - Banco Central do Brasil e o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 13 de fevereiro de 2017.

3 | Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, segundo as Portarias do Ministério da Fazenda - MF nºs 140/84 e 113/88, considerando:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das compressões exigíveis no período, atualizadas monetariamente; e
- Os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, às aplicações em operações compromissadas posição bancária e às aplicações em moeda estrangeira contratadas com prazo inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB's, são atualizados considerando o custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

e) Arrendamentos a receber

Os arrendamentos a receber estão demonstrados pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas como previsto nos contratos, e deduzidos pelo montante de rendas a apropriar de arrendamentos. As operações de arrendamento mercantil tem seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo remanescente de vida útil do bem objeto de arrendamento.

Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante registrado na conta de insuficiência de depreciação acumulada, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 90.739 (2015 - R\$ 87.739). O ajuste contabilizado gerou insuficiência no montante de R\$ 3.000 (2015 - R\$ 19.862) registrado em conta de resultado com operações de arrendamento mercantil. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de arrendamento em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual de provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após 180 dias contados a partir da classificação no rating H. A Leasing constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do CMN.

g) Permanente

i. Imobilizado de arrendamento

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superficiência de depreciação descrita na nota 3.e.

h) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do CPC 25.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

ii. Contingentes

São reconhecidas apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas". A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito à incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira a cerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações. São constituídas provisões para os casos classificados como Perda Provável em que o "valor do risco de perda" puder ser determinado ou estimado da seguinte forma:

- Trabalhistas são quantificadas quando da sentença em primeira instância e Cíveis quando do ajuizamento da ação classificadas na rubrica de "Outras Obrigações - Diversas", sendo:
 - Ao valor da média anual do histórico de pagamentos de processos encerrados, para os processos relativos a causas consideradas semelhantes e rotineiras e cujo valor não seja considerado relevante; ou
 - Pelo "valor do risco de perda" estimado pela Administração, conforme os critérios acima mencionados, para processos relativos a causas consideradas não rotineiras ou cujo valor seja considerado relevante.

- Fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, classificados na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

ii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em relação ao serviço prestado pelos consultores legais e da Administração, classificadas na rubrica "Provisão para riscos fiscais".

j) imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e a aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

k) Benefícios pós-emprego

A Leasing participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. O plano de contribuição representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelo funcionário durante o ano. A Leasing também participa de plano de benefício de aposentadoria e de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas contábeis são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Leasing como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Leasing em função da adoção antecipada do CPC 33, considerado que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superavaliados, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuárias. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016			2015		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Operações compromissadas - Posição bancada						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.479	166.286	187.765	49.330	-	49.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	1.333	-	1.333
Total	21.479	166.286	187.765	50.663	-	50.663

5 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2016			2015		
	Vencimento			Vencimento		
	Custo atualizado	Valor de mercado	De 3 a 5 anos	Custo atualizado	Valor de mercado	De 3 a 5 anos
Carteira própria	5.479	5.479	5.479	4.807	4.807	4.807
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.479	5.479	5.479	4.807	4.807	4.807
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	779	738	738
Notas do Tesouro Nacional - NTN (1)	-	-	-	779	738	738
Total	5.479	5.479	5.479	5.586	5.545	5.545

(1) Os títulos públicos vinculados a prestação de garantias referem-se a depósito judicial. O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se as perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 25).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias mencionadas na nota 3.d.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015,

Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 34.112.128/0001-69

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social	Saldo em 31/12/2015		Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016	
	2016	2015			2016	2015
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	6.498	651	(3.018)	4.131		
Provisão para contingências civis	1.298	415	(988)	725		
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	6	-	(6)	-		
Provisão para bônus e gratificação periódica	7.802	22	(1.021)	11		
Total	7.802	1.088	(4.111)	4.867		
Saldo em 31/12/2014						
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	5.318	2.966	(1.786)	6.498		
Provisão para contingências civis	1.197	139	(38)	1.298		
Base negativa da contribuição social	62	-	(62)	-		
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	6	6	-	6		
Total	6.577	3.111	(1.886)	7.802		

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda	2016				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	De 5 a 10 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	-	2.276	2.276	-	-
Provisão para contingências civis	-	542	-	-	-
Insuficiência de depreciação	3.722	6.912	9.393	975	1.683
Provisão para bônus e gratificação periódica	16	-	-	-	-
Total	3.738	9.730	11.669	975	1.683
De 5 a 2015					
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	204	2.478	844	848	3.081
Provisão para contingências civis	-	216	216	216	1.293
Insuficiência de depreciação	-	-	2.742	1.742	16.451
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10	-	-	-	-
Total	214	2.694	3.802	3.806	20.825

d) Realização de crédito tributário de contribuição social	2016		
	1 ano	2 anos	3 anos
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	-	2.066	2.065
Provisão para contingências civis	-	725	-
Provisão para bônus e gratificação periódica	11	-	-
Total	11	2.791	2.065
De 5 a 2015			
Provisão para arrendamento de liquidação duvidosa	178	2.160	735
Provisão para contingências civis	-	144	144
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	6	-	-
Total	184	2.304	879

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 25.635 (2015 - R\$ 23.341) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil. Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não há créditos tributários não constituídos sobre diferenças temporárias em 2016.

9 | Imobilizado de arrendamento

	2016		
	Custo	Depreciação	Residual
Aeronaves	13.474	(2.706)	10.768
Imóveis	35.500	(4.497)	31.003
Máquinas e equipamentos	106.899	(37.954)	68.945
Veículos	90.683	(11.315)	79.368
Total	246.556	(56.472)	190.084
Insuficiência de depreciação	-	(90.739)	90.739
Total	246.556	(147.211)	99.345
De 5 a 2015			
Aeronaves	22.476	(3.234)	19.242
Imóveis	181.219	(99.469)	81.750
Máquinas e equipamentos	217.321	(47.926)	169.395
Veículos (1)	133.045	(41.137)	91.908
Total	554.061	(191.766)	362.295
Insuficiência de depreciação	-	(87.739)	87.739
Total	554.061	(279.505)	274.556

(1) Em 2015 para fins de publicação o saldo do Ativo Diferido foi classificado em Imobilizado de Arrendamento Mercantil.

O seguro do imobilizado de arrendamento é de responsabilidade do arrendatário, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10 | Depósitos

Depósitos Interfinanceiros	2016		2015	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
	99.321	99.321	90.142	90.142
Total	99.321	99.321	90.142	90.142

11 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 13)	189	1.978	217	7.549
Provisão para pagamentos a efetuar	107	-	78	-
Credores por antecipação de valor residual	916	16.954	4.715	16.277
Credores diversos	4	74	-	-
Total	1.216	18.932	5.084	23.826

12 | Outras obrigações - Diversas

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 13)	189	1.978	217	7.549
Provisão para pagamentos a efetuar	107	-	78	-
Credores por antecipação de valor residual	916	16.954	4.715	16.277
Credores diversos	4	74	-	-
Total	1.216	18.932	5.084	23.826

13 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para outros passivos contingentes - Cíveis	189	1.978	217	7.549
Total	189	1.978	217	7.549

Contingências classificadas com riscos de perda possível: Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 50.826 (2015 - R\$ 39.551) e cíveis no montante de R\$ 2.846 (2015 - R\$ 2.532), composto basicamente pelos seguintes casos:

- **Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 45.495 (2015 - R\$ 31.901):** Trata-se de Auto de Infração lavrado para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguarda-se julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).
- **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da entidade é representado por 7.521.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.
- **Ações indenizadas - R\$ 2.846 (2015 - R\$ 2.532):** Questionamento de negatização junto ao órgão de proteção ao crédito.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2015		Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2016	
	2016	2015					2016	2015
Cíveis	7.766	105	(2.376)	(4.209)	881	2.167		
Total	7.766	105	(2.376)	(4.209)	881	2.167		
De 5 a 2015								
Cíveis	7.983	2.578	(3.039)	(1.212)	1.456	7.766		
Total	7.983	2.578	(3.039)	(1.212)	1.456	7.766		

14 | Patrimônio Líquido

a) **Capital Social**
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da entidade é representado por 7.521.813 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

b) **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não exerce efeito sobre o balanço patrimonial.

c) **Reserva estatutária**
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Leasing e; (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Leasing, estando limitada a 80% do seu capital social. Não exerce efeito sobre o balanço patrimonial.

d) **Reservas especiais de lucro**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva especial de lucro no montante de R\$ 2.886 (2015 - R\$ 1.738).

e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)**
Em 03 de outubro de 2016 foram pagos dividendos ao Banco Citibank S.A. no montante de R\$ 50.000 utilizando-se de R\$ 9.393 de reservas especiais de lucros e R\$ 40.607 de reservas estatutárias. Em 22 de dezembro de 2015 foram pagos ao Banco Citibank S.A. juros a título de remuneração ao capital próprio no montante de R\$ 17.000 do lucro líquido do exercício.

f) **Ajuste de avaliação patrimonial**
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de previdência privada.

15 | Operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre 2016		Exercícios 2015	
	2016	2015	2016	2015
Receita de arrendamento mercantil	55.032	131.723	127.338	
Lucro na venda de bens arrendados	5.657	6.532	2.265	
Despesa de amortização e depreciação	(47.887)	(101.948)	(79.020)	
Despesas de insuficiência	1.379	(4.120)	(19.862)	
Despesas de arrendamento	(778)	(1.497)	(1.512)	
Total	13.403	30.690	29.209	

16 | Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2016		Exercícios 2015	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de aluguel	(46)	(90)	(81)	
Despesas de manutenção e conservação de bens	(10)	(24)	(13)	
Despesas de propaganda e publicidade	(21)	(98)	(93)	
Despesas de serviços do sistema financeiro	(12)	(23)	(18)	
Despesas de serviços de terceiros	(19)	(160)	(87)	
Despesas de serviços técnicos especializados	(415)	(699)	(3.057)	
Despesas de amortização e depreciação	(7)	(14)	(11)	
Despesas de água, energia e gás	(2)	(4)	(3)	
Despesas de contribuição sindical, conselhos e associações	(77)	(77)	(80)	
Outras	(24)	(286)	(256)	
Total	(633)	(1.475)	(3.699)	

17 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2016		Exercícios 2015	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Reversão de provisão para contingências (nota 13.b)	1.100	2.376	3.039	
Receitas de atualizações de depósitos judiciais	1.016	1.822	1.753	
Juros Selic sobre impostos a compensar	1.103	1.103	-	
Atualização e recuperação de impostos	-	484	1.691	
Outras	-	2	3	
Total	3.219	5.787	6.486	
Despesas				
Despesas com contingências (nota 13.b)	(45)	(105)	(2.578)	
Despesas com atualização monetária para contingência	(172)	(881)	(1.456)	
Outras	(63)	(83)	(198)	
Total	(280)	(1.069)	(4.232)	

18 | Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda	2º Semestre 2016		Exercícios 2015	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	998	17.569	25.072	
(-) Participação estatutária no lucro	(33)	(119)	(51)	
(-) Despesa de JCP	-	-	(17.000)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	965	17.450	8.021	
Diferenças temporárias	(16.169)	(14.158)	(14.015)	
Superveniência/insuficiência de depreciação	(2.499)	3.000	19.863	
Provisão para devedores duvidosos	(9.338)	(11.610)	(5.300)	
Provisão para contingências e cíveis	(4.371)	(5.599)	(217)	
Provisão para bônus, gratificações e PLR	39	51	-	
Provisão para outros pagamentos	-	-	(1)	
Diferenças permanentes	1	1	-	
Outras	1	1	-	
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(15.203)	3.293	22.036	
Base de cálculo do imposto de renda	(15.203)	3.293	22.036	
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	3.813	(799)	(5.485)	
Provisão para imposto de renda	3.813	(799)	(5.485)	
Base Tributável diferida	16.169	14.158	(14.015)	
Movimento de provisão diferida para imposto de renda	(4.042)	(3.539)	3.504	
Total da provisão diferida	(4.042)	(3.539)	3.504	
Total do imposto de renda	(229)	(4.338)	(1.981)	

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social	2º Semestre 2016		Exercícios 2015	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	998	17.569	25.072	
(-) Participação estatutária no lucro	(33)	(119)	(51)	
(-) Despesa de JCP	-	-	(17.000)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	965	17.450	8.021	
Diferenças temporárias	(13.670)	(17.158)	(5.848)	
Provisão para devedores duvidosos	(9.338)	(11.610)	(5.300)	
Provisão para contingências e cíveis	(4.371)	(5.599)	(217)	
Provisão para bônus, gratificações e PLR	39	51	-	
Provisão para outros pagamentos	-	-	(1)	
Diferenças permanentes	1	1	-	
Outras	1	1	-	
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(12.704)	293	4.131	
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	-	(413)	
Base de cálculo da contribuição social	(12.704)	293	1.760	
Alíquotas de 20% para contribuição social	2.540	(59)	(264)	
Provisão para contribuição social	2.540	(59)	(264)	
Base Tributável diferida	13.670	17.158	(6.261)	
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(2.050)	(2.574)	(939)	
Movimento Majoração da alíquota CSLL 5%	-	(358)	2.158	
Total da provisão diferida	(2.050)	(2.932)	1.219	